

PLANEJAMENTO FAMILIAR: UM PROCESSO DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE

Leovane Maria Baron França¹

Altamir Dutra Trevisan²

RESUMO

Este estudo teve como objetivo compreender as ações de planejamento familiar com vistas a qualificar o processo de promoção de saúde, reavaliando as metodologias e práticas para que o planejamento familiar possa vir a promover saúde. Para tanto, é faz necessário propor novas possibilidades de intervenção e educação popular, buscando uma abordagem coletiva, com o apoio dos profissionais Agentes Comunitários de Saúde (ACS) como disseminadores das atividades de planejamento familiar como elemento fundamental de promoção de saúde, que possibilite amplas informações sobre a disponibilidade destes serviços no âmbito do SUS, priorizando a disseminação das informações das ações de planejamento familiar e para a escolha e uso eficiente dos métodos contraceptivos, a fim de ordenar o crescimento ou não da família. Trata-se de uma pesquisa-ação com abordagem qualitativa, tendo como objetivo buscar novas possibilidades de ações para efetivar o programa de planejamento familiar no município de Maravilha (SC). Após ampla revisão bibliográfica, foi elaborado um plano de ação no que se refere ao planejamento familiar, que coloca o ACS como um promotor de saúde, em que será capacitado para a disseminação das informações sobre das ações do planejamento familiar e os métodos contraceptivos no território da unidade de saúde pertencente ao município de Maravilha no ano de 2018. Após a análise das ações de planejamento familiar existentes na unidade de saúde, surgiu a necessidade de gerar possibilidades de novas formas de intervenção mais amplas e efetivas, a fim de garantir os direitos universais, sexuais e reprodutivos da população, possibilitando a construção de um plano familiar que impulse o desenvolvimento completo das famílias. A participação dos ACS nestas atividades de promoção de saúde pode contribuir para que o município mude o foco do planejamento familiar atual, que é apenas a contracepção, para a construção de um plano que possibilite o desenvolvimento completo das famílias. Além disso, destaca a importância do profissional ACS nos processos de promoção de saúde. A pesquisa-ação contribuiu para que pudéssemos refletir e reavaliar as práticas de saúde, buscando desenvolver metodologias eficazes para a efetivação das ações em planejamento familiar. Abre-se um espaço após esta pesquisa para novas abordagens nos mais variados temas e nós críticos evidenciados no atendimento da saúde, possibilitando qualificar as práticas e efetivando os programas disponíveis para a população.

Descritores: Planejamento familiar. Promoção da saúde. Direitos sexuais e reprodutivos. Saúde da mulher.

ABSTRACT

¹ Estudante do **CURSO DIRECIONADO DE ESPECIALIZAÇÃO UNIEDU/FUMDES EM SAÚDE PÚBLICA: ATENÇÃO BÁSICA**, bolsista UNIEDU/FUMDES, promovido pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ). *E-mail:* <leo.vane02@hotmail.com>.

² Doutor em Saúde Coletiva (UNIFESP), professor na Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ). *E-mail:* <miridutra@unochapeco.edu.br>.

The objective of this study was to understand family planning actions to qualify the health promotion process, reassessing methodologies and practices so that family planning can promote health, so it is necessary to propose new possibilities for intervention and education popular, seeking a collective approach, with the support of professional community health agents as disseminators of family planning activities as a fundamental element of health promotion, which allows extensive information on the availability of these services within the SUS, prioritizing the dissemination of information family planning actions and the choice and efficient use of contraceptive methods in order to order the family to grow or not. This is an action research with a qualitative approach, aiming to seek new possibilities for actions to implement the family planning program in the municipality of Maravilha (SC). After extensive bibliographical review, a plan of action was elaborated with regard to family planning that places the community health agent as a health promotion agent, and will be able to disseminate information about family planning actions and methods contraceptives in the territory of the health unit belonging to the municipality of Maravilha in the year 2018. After analyzing the family planning actions in the health unit, the need arose to generate new possibilities for new and more effective forms of intervention, in order to guarantee the universal, sexual and reproductive rights of the population, making possible the construction of a family plan that drives the full development of families. The participation of community health agents in these health promotion activities can help the municipality to change the focus of current family planning, which is just the contraception to build a plan that enables the full development of families. Besides emphasizing the importance of the professional community agent of health in the processes of health promotion. The action research contributed so that we could reflect and reevaluate health practices, seeking to develop effective methodologies for the effectiveness of actions in family planning. A space is opened after this research for new approaches in the most varied subjects and critical nodes evidenced in health care, enabling to qualify the practices and making the programs available to the population.

Descriptors: Family Planning. Health Promotion. Reproductive Rights. Women's Health.

INTRODUÇÃO

A partir da década de 1980, o Brasil vivenciou um período de solidificação da democracia, com intensos movimentos sociais em busca da garantia de direitos, entre eles, o movimento feminista, que reivindicava direitos relacionados à saúde reprodutiva, incluindo o planejamento familiar, a democratização da educação para a saúde e outras medidas que iam além da esfera biomédica, abrangendo, portanto, a perspectiva da promoção da saúde e de melhor qualidade de vida (TYRRELL; CARVALHO, 1995).

O planejamento familiar, então, toma forças como proposta de promoção e prevenção da saúde da mulher e da criança, visando melhor qualidade de vida para

os envolvidos. Porém, são imensas as barreiras que dificultam seu avanço, mesmo com ações mais direcionadas, como o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAIM), que ampliou medidas de acesso aos meios contraceptivos e a capacitação de profissionais na área de saúde, para desenvolvimento de ações de planejamento familiar, até o momento não foram logrados grandes êxitos quanto à efetividade do planejamento familiar no âmbito da Atenção Básica.

A implementação da ampla distribuição dos contraceptivos na busca de impulsionar as atividades de planejamento familiar não obteve a efetividade esperada, por se tratar apenas da dispensação do método, e não de atividades de planejamento familiar que busquem o empoderamento das famílias em ordenar o seu crescimento ou não. Isso porque esse tema geralmente é abordado nas unidades de saúde quando relacionado a outros assuntos, como período gestacional e puerpério, e não na forma de atividade de cunho preventivo com foco na promoção de saúde de mulheres, crianças e demais envolvidos, que são ações inerentes às atividades desenvolvidas pelas equipes de Atenção Básica.

A falta de protocolos e de planejamento de ações pontuais ou contínuas geram dificuldades em contemplar o planejamento familiar e forma ampla, e assim o foco principal das ações acaba recaindo sobre os métodos contraceptivos, que, deparado com a falta de conhecimento sobre os referidos métodos, acabam por gerar empecilhos para a efetividade e integralidade das ações de planejamento familiar, excluindo temas essenciais e gerando a ineficiência até mesmo das ações de contracepção.

A realização de atividades educativas sobre direitos sexuais e planejamento familiar, atualmente, em sua maioria são desenvolvidas em escolas, com ações isoladas com público adolescente, reforçando com mais intensidade a importância do uso e a escolha de métodos contraceptivos e alguns aspectos da saúde sexual e reprodutiva, direcionados a este público. Porém, sem aprofundar demasiadamente nos conteúdos, possivelmente prejudicando a ampla divulgação de todos os métodos e sua disponibilização na rede pública de saúde, uma vez que a informação é o instrumento qualificador do planejamento familiar, instruindo a população para realizar uma escolha consciente do método mais eficaz para cada usuário, e planejar a formação da família, a fim de garantir um futuro assegurado pelos mínimos sociais.

Evidencia-se que o planejamento familiar no município de Maravilha (SC) está delineado pela disponibilização de métodos anticoncepcionais nas unidades de atendimento e a esterilização cirúrgica em massa em ações nomeadas de “mutirão”. Isso deixa em aberto todos os demais aspectos do planejamento familiar, além dos movimentos que visam incentivar a efetividade das ações de planejamento familiar, assim como existe ainda uma visão retrógrada de que tal atividade compete apenas ao público feminino. Isso reproduz práticas desiguais dos direitos sexuais e reprodutivos, reforçados pelas desigualdades sociais, e a cultura do machismo que ainda se sobrepõe, reforçando que a mulher assuma as responsabilidades e consequências para exercer seu direito sexual e reprodutivo, para ter a possibilidade de ser autora de sua própria história.

A falta de informação em planejamento familiar se reflete na estrutura das famílias e em suas vivências do cotidiano. Sendo assim, surge a necessidade de abordar o tema de forma que possa intervir e motivar a mudança do foco da contracepção para a construção de um plano que possibilite o desenvolvimento completo das famílias, a fim possibilitar bem-estar físico, mental e social. Com esta pesquisa evidenciaremos como se estrutura, no município de Maravilha, o processo de educação em saúde, especialmente, em relação ao Planejamento Familiar.

Diante da atual conjuntura de sociedade, é necessário repensar as práticas de educação em saúde, bem como, a necessidade em implementar novas ações de trabalho em saúde que visem o bem-estar da população.

Enquanto profissional do Núcleo Ampliado de Apoio à Saúde da Família (NASF) no município de Maravilha, elencamos algumas demandas que necessitam de novas práticas, ou minimamente necessitam ser repensados, dentre elas, o planejamento familiar. Afinal, planejar o crescimento ou não da família será de extrema importância na organização dessas, garantindo o seu desenvolvimento econômico, social e cultural, impactando diretamente nos condicionantes do processo de saúde e doença.

O estudo tem por objetivo compreender as ações de planejamento familiar com vistas a qualificar o processo de promoção de saúde, reavaliando as metodologias e práticas para que o planejamento familiar possa promover saúde e, assim, identificar novas possibilidades para a efetivação de ações de planejamento familiar.

METODOLOGIA

O desenvolvimento desta temática surgiu a partir da análise das ações de planejamento familiar existentes no município de Maravilha. Para tanto, será utilizada uma abordagem qualitativa, em formato de pesquisa-ação, a fim de possibilitar a intervenção do pesquisador na situação problema, mobilizando os participantes a desenvolver novos saberes, construindo uma reflexão crítica acerca de uma situação coletiva e contando com a colaboração e cooperação dos participantes na ação e na prática da pesquisa. Assim, é essencial não perder de vista a pesquisa-ação como um processo no qual os práticos “[...] coletam evidências a respeito de suas práticas e pressupostos críticos, crenças e valores subjacentes a elas.” (ELLIOTT, 2000, p. 209).

No processo de pesquisa-ação, diagnostica-se uma situação, desenvolve-se um plano de ação, formula-se e desenvolve-se uma estratégia de trabalho, de caráter social e educacional na busca de estratégias de soluções flexíveis na aceitação de resultados divergentes, possibilitando realizar adaptações sempre que necessário, e para concluir deve-se desenvolver uma avaliação que possibilite compreender a nova situação. Conforme McNiff (2002), a pesquisa-ação implica em tomar consciência dos princípios que nos conduzem em nosso trabalho: temos de ter clareza a respeito tanto do que estamos fazendo quanto do motivo pela qual o estamos fazendo.

Para a organização do estudo, será elaborado um roteiro com base no modelo dado por McKay e Marshall (2001), composto por oito etapas, conforme segue: 1) Identificação do Problema; 2) Revisão da literatura; 3) Plano de ação; 4) Desenvolvimento das ações; 5) Monitoramento das ações; 6) Avaliação; 7) Aperfeiçoamento das ações; 8) Conclusão.

Figura 1 – Os passos de um projeto de pesquisa-ação



Fonte: elaboração dos autores (2018), a partir de McKay e Marshall (2001).

Após as etapas do roteiro, serão detalhados, para um melhor entendimento do problema, o contexto e o cenário do local de pesquisa.

RESULTADOS

Caracterização do espaço de pesquisa

A pesquisa foi desenvolvida em uma unidade de Estratégia de Saúde da Família (ESF) pertencente ao município de Maravilha, a qual atende a cinco mil usuários, em que o território é distribuído em oito microáreas, cada uma vinculada a uma Agente Comunitária de Saúde (ACS). Porém, uma microárea estava sem ACS na ocasião da realização desta pesquisa.

Desenvolvimento

Para o desenvolvimento do trabalho de pesquisa foi elaborado um cronograma baseado no modelo de McKay e Marshall (2001), pois esse é um

modelo dinâmico e interativo, possibilitando ajustes necessários durante o processo de pesquisa, o que contribui à continuidade do estudo.

Identificação do problema

Como profissional atuante em uma equipe de NASF, realizamos atividades de educação permanente nas unidades de saúde do município quinzenalmente. Durante estas atividades, surgiu a motivação para desenvolver este projeto de pesquisa. Partimos da análise das ações desenvolvidas pelas unidades de saúde acerca do tema, relacionando-as com o que é preconizado nas literaturas e programas do Ministério da Saúde e seus programas específicos que abordam a temática.

Nos trabalhos realizados no âmbito municipal durante atividades de educação permanente coordenadas pela equipe do NASF, ficou evidenciado que as ações existentes não contemplam satisfatoriamente as ações de planejamento familiar, em que o tema não faz parte da rotina da unidade e poucos profissionais possuem conhecimento sobre esse.

Reconhecimento dos fatos sobre o problema

Inicialmente, foram efetuadas visitas na unidade para evidenciar ações de planejamento familiar que estavam sendo realizadas na unidade. Nesta etapa ficou ainda mais evidente que as ações de planejamento familiar ficam restritas às ações individuais dos profissionais médicos ginecologistas, à oferta de métodos contraceptivos e às falas isoladas durante atividades em grupos de gestantes em sua maioria realizadas pela equipe de enfermagem e, novamente, pelos médicos ginecologistas.

Planejamento de atividades para a solução do problema

Com base na revisão da literatura sobre a importância do planejamento familiar no cotidiano das famílias, as ações já implantadas possuem pouca ou nenhuma adesão e resolutividade, pela falta de conhecimento e também pelo senso

comum, que vê o planejamento familiar apenas como forma de controle de natalidade.

Sendo assim, fica evidente a necessidade em abordar o tema de formas alternativas, de maneira mais ampla para atingir um percentual maior da população, com a finalidade de informar e orientar acerca das ações e possibilidades propostas com as atividades de planejamento familiar.

Para tanto, será necessário repensar as práticas e evidenciar quais profissionais poderão realizar ações com maior alcance no território. Atualmente, as responsabilidades destas ações se limitam aos médicos e equipe de enfermagem e abrangem um público restrito que frequenta a unidade esporadicamente ou temporariamente, no caso das gestantes, dificultando a continuidade e a efetividade das ações.

Durante as atividades de educação permanente realizadas no decorrer do ano, ficou evidente a potencialidade das ações quando os profissionais ACS abordam os temas em suas visitas domiciliares. Portanto, dentre todos os profissionais de saúde desta unidade, temos um perfil de profissionais que contemplam o formato de pesquisa-ação, com potencial ímpar de efetivação do planejamento familiar contando com o apoio dos ACS, uma vez que estes profissionais cobrem todo o território e já possuem vínculos estreitados com a população, deslumbrando grandes possibilidades de sucesso nas ações.

Dessa forma, serão realizados três momentos com rodas de conversa e questionário semiestruturado para observar o conhecimento do grupo acerca do tema, seguindo com oficina para conhecimento dos métodos contraceptivos ofertados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), e finalmente uma nova rodada com roda de conversas sobre o que é de fato o planejamento familiar e o que preconiza o Ministério da Saúde acerca do tema. As oficinas serão desenvolvidas com as ACS da Unidade de Saúde Marciany Cristina Zatt Lisboa (Centro II).

Implementação

Esta etapa consiste em realizar as atividades a fim de capacitar as profissionais ACS a realizarem a abordagem do tema com a população em suas visitas mensais realizadas nos domicílios.

A primeira atividade realizada foi uma roda de conversas e questionário para evidenciar o conhecimento prévio sobre o assunto. Para tanto, foi elaborado um questionário para evidenciar o conhecimento.

O primeiro questionamento foi: “O que é planejamento familiar?”. No primeiro instante, o grupo ficou reticente, buscou apoio aos materiais disponíveis na sala em que a atividade estava sendo realizada e muitas acessaram a rede de informações para responder ao questionamento. A fala que surgiu em maior escala foi que o planejamento familiar “é o conjunto de ações entre o marido e a mulher”. Duas participantes ressaltaram que planejamento familiar “é quando a família planeja junto” e uma pessoa respondeu que “[...] o planejamento são vários pontos sobre a saúde da família, a vinda dos filhos e também sobre a situação financeira, ressaltando que tudo isso é questão de ser analisado, pensado e questionado antes de tomar decisão.”

O segundo questionamento foi: “Quem é responsável pelo planejamento familiar?”. As respostas foram unânimes em indicar o homem e a mulher/família como responsáveis, porém, duas participantes complementaram as respostas, em que “o estado tem como objetivo prover ações de planejamento para oferecer as pessoas quando necessário” e uma participante ressaltou que pode ficar ao encargo de uma pessoa apenas, principalmente, em casos de separação.

O terceiro questionamento foi: “Para que serve o planejamento familiar?”. Neste item as respostas foram mais diversas, como: “Serve para o bom andamento familiar, para ter filho ou não, para ser organizado e ter aconchego no lar.” “Serve para evitar futuras despesas, garantir saúde, educação, moradia descente para a família e os filhos.” “Para a família ser mais bem sucedida e para estar atento a qualquer problema que possa surgir.” E quatro participantes ressaltaram “o planejamento futuro e organização” como finalidades do planejamento familiar.

Durante a atividade, os participantes ficaram focados ao tema. Após superar a apreensão inicial, todos se envolveram na atividade e mostraram interesse em buscar o que de fato é o planejamento familiar, e com as informações levantadas acabavam ficando surpreendidas, o que despertou interesse em dar continuidade ao trabalho de pesquisa.

Outro aspecto que vale ressaltar é que em momento nenhum se colocou a corresponsabilidade das equipes de saúde nesta temática, reforçando que o

conhecimento que possuímos sobre o planejamento familiar é produzido pelo senso comum e pela falta de conhecimento dos programas de saúde, inclusive, pelos profissionais de saúde.

No segundo momento foi realizada oficina para reconhecimento de métodos contraceptivos ofertados gratuitamente nos serviços de saúde, abordando aspectos como seu uso, indicações e contraindicações, baseados no manual técnico de assistência em planejamento familiar disponibilizado pelo Ministério da Saúde.

Durante esta oficina foram levados alguns métodos contraceptivos para que pudessem ser conhecidos, o que despertou mais curiosidade foi o dispositivo intrauterino (DIU), por ser um método pouco usual em nosso território, uma vez que é ofertado gratuitamente, porém, não é implantado gratuitamente, o que reduz consideravelmente a adesão a este método.

No terceiro momento foi realizado um encontro focal com as informações científicas e programas que abordam o planejamento familiar, a fim de implementar um nivelamento dos conhecimentos acerca do tema, apresentando a importância da referida ação no processo de saúde e doença da população e assim contar com o comprometimento de todos com a implementação desta ação.

Monitoramento

Nesta etapa da pesquisa ocorreu a participação ativa do pesquisador e do grupo, que participou da pesquisa para a implementação das ações, gerando uma nova possibilidade para a efetivação de ações de planejamento familiar no território de saúde. É importante ressaltar a evolução e o empenho da equipe para que esse processo de construção e educação em saúde represente um significativo resultado de efetivação de direitos e garantia dos mínimos sociais, auxiliando as famílias a planejarem seu crescimento, e assim promover saúde e bem-estar da população.

Avaliação dos efeitos das ações

Na medida em que se trabalhava o tema, já se evidenciava o empenho de todos para qualificar o processo de trabalho. A cada novo desafio surgem novas possibilidades de enfrentamento a fim de implementar com eficácia as ações de

planejamento familiar. Portanto, ficou explícito que os participantes da pesquisa reconhecem a importância do trabalho a ser realizado, o que trouxe vários momentos avaliativos e assertivos a fim de qualificar a prática.

Aperfeiçoamento do plano de ações

Esta etapa não ocorreu de forma específica, uma vez que, em todos os momentos da pesquisa, foram realizados ajustes em situações que pudessem vir a intervir ou prejudicar a ação.

Conclusão dos ciclos de pesquisa

Considera-se concluído o projeto no momento em que os profissionais se sentem aptos a ir a campo com as informações sobre planejamento familiar, com o propósito de desmitificar o senso comum no que se refere ao planejamento familiar e disseminar as informações que contemplam o programa. Além disso, quando conseguem a possibilidade de novas abordagens do tema tão essencial para a organização das famílias e, por consequência, quando garantem bem-estar físico, mental, econômico e social dos membros da família.

É importante ressaltar que esta ação qualificou o processo de promoção de saúde, impulsionou novas possibilidades ações e enfrentamento das questões críticas evidenciadas na oferta de programas do SUS que visam promover saúde, e, conseqüentemente, gerou a valorização do ACS, como profissional essencial para a efetivação dos processos de promoção de saúde. Isso porque esses possuem vínculos promovidos pelo contato mais intenso e contínuo com a população, o que possibilita maior efetividade e alcance em ações e nas atividades de educação em saúde.

Houve um despertar positivo na equipe após a pesquisa, pois evidenciou novas possibilidades de ações que buscam a efetivação das atividades de planejamento familiar no município.

Com os ótimos resultados alcançados durante as atividades, estima-se a possibilidade de utilizar a metodologia aplicada nessa ação em novas intervenções, buscando a promoção de saúde e a qualificação das ações e das equipes de saúde

em outras realidades do município. Assim, fica em aberto um campo de pesquisa que possibilitará novos enfrentamentos às situações de problemas de saúde do município.

Com o término das atividades, surgiu a necessidade de desenvolvimento de material didático e informativo para viabilizar e dar suporte à atividade de campo dos multiplicadores.

O município, representado pela Secretaria de Saúde, vislumbra a possibilidade de estender essas ações para as outras unidades de saúde do município no início do ano de 2019. Isso culmina com a criação do grupo de planejamento familiar, para o qual já existem profissionais corresponsáveis para a implantação e desenvolvimento das atividades do grupo, e assim estruturar o programa de planejamento familiar em Maravilha.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei n. 9.263, de 12 de janeiro de 1996**. Regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9263.htm>. Acesso em: 10 ago. 2018.

_____. Ministério da Saúde. **Assistência em Planejamento Familiar**: manual técnico. Brasília: Ministério da Saúde, 2002. 150 p. Disponível em: <<http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/0102assistencia1.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2018.

_____. _____. **Assistência integral à saúde da mulher**: bases de ação programática. Brasília: Ministério da Saúde, 1984. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/assistencia_integral_saude_mulher.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2018.

ELLIOT, J. Towards a synoptic vision of educational change in advanced industrial societies. In: ALTRICHER, H.; ELLIOT, J. **Images of educational change**. Buckingham: Open University Press, 2000.

McKAY, J.; MARSHALL, P. The dual imperatives of action research. **Information Technology & People**, Bingley, v. 14, n. 1, p. 46-59, fev. 2001. Disponível em: <<http://www.emeraldinsight.com/doi/full/10.1108/09593840110384771>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

McNIFF, J. **Action research for professional development**: concise advice for new action researchers. 2002. Acessível em: <<http://www.jeanmcniff.com/booklet1.html>>. Acesso em: 20 out. 2018.

TYRRELL, M. A.; CARVALHO, V. Programas nacionais de saúde materno-infantil: impacto político social e inserção de enfermagem. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

WHO – World Health Organization. **The World Health Report 2000**. Health Systems: Improving Performance. Geneva: WHO, 2000.